

CONJUNTURA REPUBLICANA

ATUALIZE-SE EM POUCOS MINUTOS!



ANO 4 | Nº 165 | SEMANA DE 7 A 11 ABRIL DE 2024

REGULAMENTAÇÃO DAS REDES SOCIAIS GANHA RELEVÂNCIA NO CONGRESSO



DESTAQUE INTERNACIONAL

Invasão da embaixada mexicana no Equador coloca em risco o respeito aos acordos internacionais sobre relações diplomáticas;



SEGURANÇA PÚBLICA

Mega-assaltos em cidades do interior escancararam necessidade de Plano Nacional de Segurança Pública;



VISÃO DO ESPECIALISTA

Nesta semana, o consultor do CAM/NEP, Engenheiro Ragi, fala sobre o prazo para cadastro de propostas no PAC Seleções.

TEMPERATURA DO CONGRESSO

Nesta semana, as comissões temáticas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal retomaram suas atividades após o encerramento da janela partidária. No Plenário da Câmara dos Deputados, os parlamentares discutiram a manutenção da prisão preventiva do deputado Chiquinho Brazão e, por 277 votos favoráveis, os deputados concordaram com o parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ), a qual recomenda a manutenção da prisão preventiva.

Já no Plenário do Senado Federal, os congressistas discutiram, entre outros projetos, o requerimento de urgência para o Projeto de Lei 81/2024, o qual reajusta a faixa de isenção de Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF) para evitar a tributação de pessoas que ganham até dois salários mínimos.

Apesar das importantes decisões, os debates dessa semana estiveram, em certa medida, ofuscados pela disputa nas redes sociais entre o ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes e o empresário Elon Musk. O embate provocou reações das instituições brasileiras e aumentou a pressão para que o Congresso Nacional discuta a regulamentação das interações no ambiente digital.

Representantes, tanto da Câmara dos Deputados quanto do Senado, já manifestaram a necessidade de uma eventual legislação para as redes sociais, no entanto, em abril de 2023, o Projeto de Lei (PL) 2630/2020, que "institui a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet", ficou paralisado devido à falta de consensos entre os parlamentares.

O recente embate entre o ministro do STF e o dono da rede social "X" (antigo Twitter) possibilitou que o debate sobre uma legislação para as comunidades virtuais retornasse à pauta do Congresso.

Além disso, o Parlamento está aguardando os projetos do Governo sobre a regulamentação da Reforma Tributária, a qual, entre outros pontos, deve tratar sobre o funcionamento do novo imposto, Imposto sobre Valor Agregado (IVA) e a isenção dos produtos que compõem parte da cesta básica.

Os projetos que regulamentarão a Reforma Tributária devem ser enviados ao Congresso na terceira semana de abril; já a discussão de uma legislação para as redes sociais precisará de um novo projeto e, nesse sentido, o pres. da Câmara, Arthur Lira (PP/AL), anunciou a criação de um novo grupo de trabalho que debaterá o assunto.



Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF

DESTAQUE INTERNACIONAL

Na última terça-feira (9), o presidente do México, Andrés Lopez Obrador, divulgou o vídeo do momento em que forças de segurança do Equador invadiram a embaixada mexicana em Quito para prender o ex-vice-presidente equatoriano Jorge Glas.

De acordo com o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, "A ação constitui clara violação à Convenção sobre Relações Diplomáticas", e, para a nação brasileira, o desequilíbrio na relação entre os países latino-americanos representa uma ameaça à estabilidade do ambiente de negócios na região, pois, embora o Equador não seja um país de fronteira com o Brasil, ele está na

divisa de parceiros importantes, como Peru e Colômbia.

O descumprimento dos acordos internacionais é considerado uma ameaça ao direito internacional, no entanto, o foco está nas reações da comunidade internacional e nos desdobramentos jurídicos na Corte Internacional de Justiça.

A penalização do Equador é de interesse de diversos países, visto que, a depender do rigor da pena, poderá ou não, abrir precedentes para novas violações, em especial, nas zonas de conflitos no Leste Europeu e no Oriente Médio, podendo resultar na perda da credibilidade dos acordos internacionais sobre as relações diplomáticas.



Foto: Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil

SEGURANÇA PÚBLICA

Com quadrilhas fortemente armadas, três cidades do interior de São Paulo viveram um dia marcado por mega-assaltos na última segunda-feira (8).

A ascensão do crime organizado em regiões distantes dos centros urbanos do Brasil e a ausência de um Plano Nacional de Segurança Pública são fenômenos intrinsecamente conectados, refletindo uma série de desafios estruturais e políticos que afetam profundamente a segurança e o bem-estar da população, direitos que estão diretamente associados à má avaliação do governo petista até o momento. A ausência de uma estratégia coor-

denada e abrangente para lidar com o crime organizado permite que esses grupos operem de forma relativamente impune, muitas vezes, ultrapassando fronteiras estaduais sem enfrentar uma resposta efetiva das autoridades.

A criação do plano em questão foi uma forte promessa dos primeiros momentos do governo Lula, mas que até agora segue sem execução. Assim, sem um Plano Nacional de Segurança Pública, o crime organizado continuará a expandir sua atuação e o Poder Público não terá insumos necessários para formular uma resposta relevante ao crime organizado.



Foto: TOM COSTA/MJSP



FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS POLÍTICAS PARA PRÉ-CANDIDATOS ÀS ELEIÇÕES 2024

Atenção, líderes políticos e equipes de São Paulo: nos dias 15 e 30 de abril, a FRB Subseção SP estará na capital paulista para apresentação de eventos focados na formação política de líderes competentes e comprometidos com os princípios democráticos.

As palestras abordarão temas essenciais para o desenvolvimento de habilidades de liderança, comunicação eficaz, estratégias de campanha e gestão política e proporcionarão aos participantes as expertises necessárias para uma excelente jornada política, a fim de conquistarem vitória nas Eleições 2024.

Participe e faça parte da mudança que o Brasil anseia!



CLIQUE AQUI E INSCREVA-SE NO EVENTO A SER REALIZADO DIA 15/04

CLIQUE AQUI E INSCREVA-SE NO EVENTO A SER REALIZADO DIA 30/04



CALENDÁRIO ELEITORAL:



ATENÇÃO!

9 DE MAIO - QUINTA-FEIRA

Data a partir da qual, até 5 de novembro de 2024, fica suspenso o recebimento de solicitações de operações de alistamento, transferência e revisão eleitoral em todas as unidades da Justiça Eleitoral e no serviço de autoatendimento na internet (Lei nº 9.504/1997, art. 91).

5 DE JUNHO - QUARTA-FEIRA

Data-limite para a Justiça Eleitoral disponibilizar aos partidos políticos a relação de todos os devedores de multa eleitoral, a qual embasará a expedição das certidões de quitação (Lei nº 9.504/1997, art. 11, § 9º).

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

VISÃO DO
ESPECIALISTA



ENGENHEIRO RAGI

Graduado em Engenharia Civil pela Unifenas (MG), especialista na elaboração de projetos e demais documentos para realização de construção, reforma, fiscalização em obras da Educação e do Esporte com recursos municipais e federais, trabalhando, em especial, com a elaboração de projetos para aprovação do FNDE.

PRAZO PARA CADASTRO DE PROPOSTAS NOVO PAC

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) representa uma oportunidade significativa para os estados, municípios e o Distrito Federal impulsionarem projetos educacionais essenciais. O cadastro das propostas no PAC é feito através do portal [Transferegov.br](https://transferegov.br), conforme estipulado pela Portaria FNDE nº 215, de 7 de março de 2024.

Somente gestores com propostas selecionadas têm permissão para cadastrar as propostas e é crucial observar os prazos estabelecidos, pois, o não cumprimento deles resulta na perda dos recursos destinados às obras ou demandas cadastradas.

Para auxiliar no processo de cadastro, o Centro de Atendimento ao Município (CAM) está disponível para esclarecer dúvidas técnicas durante a elaboração dos documentos e projetos no [Transferegov.br](https://transferegov.br).

O prazo para o cadastro de propostas educacionais selecionadas no Novo PAC **vai até 6 de maio de 2024**. Os gestores devem inserir a documentação técnica necessária no [Transferegov.br](https://transferegov.br) dentro deste período.

Os critérios de análise incluem a descrição do objeto, justificativa incluindo caracterização dos interesses, relação com os objetivos do programa federal, o público-alvo, problema a ser

resolvido e os resultados esperados, bem como a estimativa de recursos financeiros discriminando valor global da proposta, o repasse da União e a contrapartida do proponente, o prazo de execução, a capacidade técnica e gerencial do proponente, além da declaração de contrapartida e do compromisso de conclusão da obra.

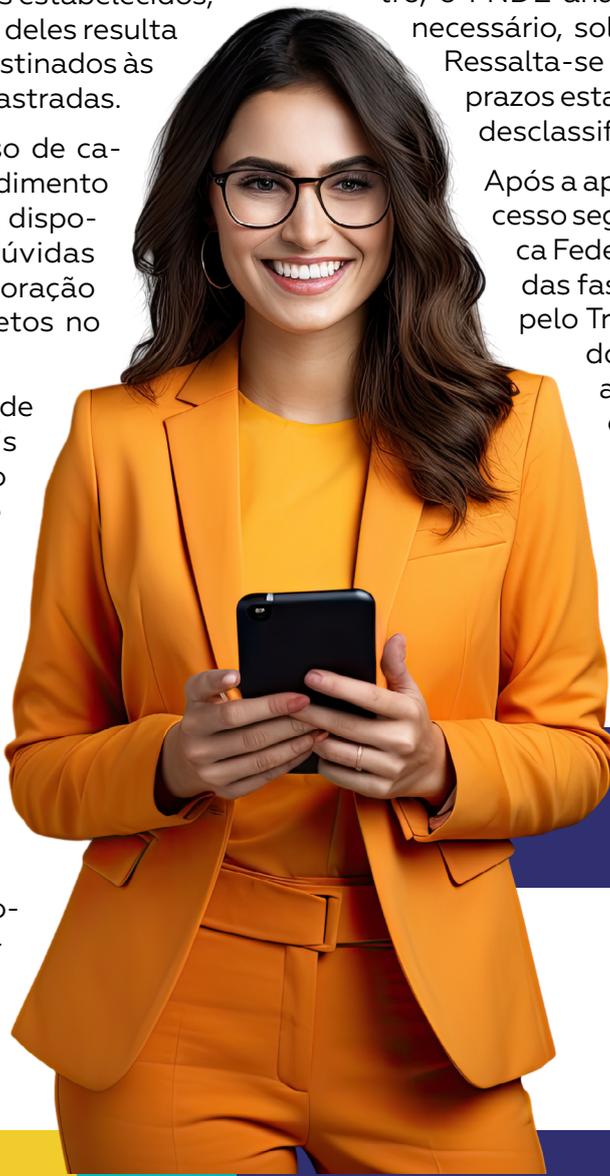
É imprescindível anexar os documentos específicos relacionados aos projetos de engenharia, conforme exigido pelo FNDE. Após o cadastro, o FNDE analisará as propostas e, se necessário, solicitará complementações.

Ressalta-se que o descumprimento dos prazos estabelecidos pode acarretar a desclassificação da proposta.

Após a aprovação pelo FNDE, o processo seguirá para a Caixa Econômica Federal para acompanhamento das fases da obra, tudo realizado pelo [Transferegov.br](https://transferegov.br), simplificando o processo e eliminando a necessidade de envio de ofícios.

Para orientações mais detalhadas, recomenda-se a consulta ao Manual de Preenchimento da Proposta de Formalização.

[Link do Manual de preenchimento da Proposta de Formalização](#)





**SIGA A FUNDAÇÃO
REPUBLICANA BRASILEIRA
NAS REDES SOCIAIS:**

CLIQUE NOS ÍCONES ABAIXO



ACESSE:

www.fundacaorepublicana.org.br

E-MAIL:

contato@fundacaorepublicana.org.br

FUNDAÇÃO REPUBLICANA BRASILEIRA
NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS (NEP)
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO - FRB

DIAGRAMAÇÃO:
BRUNO EUSTÁQUIO - BG10 COMUNICAÇÃO

TEXTO:
FÁBIO VIDAL - NEP FRB
GABRIEL LANA - NEP FRB
DANIEL KENNEDY - NEP FRB

REVISÃO:
TÁMIRES LOPES - ASCOM FRB

APOIO:
MAZÉ RODRIGUES - ASCOM FRB
DENISE MATOS - ASCOM FRB

